

Governo limitará despesas deste mês a R\$ 2,1 bilhões

CCF decidiu reduzir gastos, que costumam chegar a R\$ 3,4 bi, para compensar perda com CPMF

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O governo limitará a R\$ 2,1 bilhões seus gastos com custeio e investimento durante o mês de janeiro. Essa decisão foi tomada ontem durante a reunião da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), segundo informou o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães.

Em condições normais, as despesas de custeio e investimento poderiam chegar a algo em torno de R\$ 3,4 bilhões em janeiro. No entanto, o governo decidiu segurar os gastos, para compensar em parte a perda das receitas

da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), que deixará de ser cobrada a partir do dia 24 e só voltará a ser adotada 90 dias após a aprovação da emenda constitucional em tramitação no Congresso, e para conter o crescimento das despesas ao longo dos próximos meses.

A contenção determinada ontem pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal, portanto, é da ordem de R\$ 1,3 bilhão, segundo confirmou Guimarães. Esse é exatamente o valor que falta para cobrir o rombo deixado pela falta da CPMF no primeiro semestre deste ano.

O governo estima que suas receitas serão R\$ 6,7 bilhões menores porque a Contribuição não será cobrada entre janeiro e junho. Para compensar a perda, o Executivo anunciou um pacote, no dia 30 de dezembro, elevando as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), entre outras medidas. No total, o pacote renderá R\$ 5,4 bilhões, conforme as previsões. Faltava portanto R\$ 1,3 bilhão, que poderia ser coberto com cortes nos gastos.

“É coincidência”, disse o secretário. “Decidimos conter os gastos em janeiro, pois as despesas neste mês são menores.” Ele observou, porém,

que o governo não vai fazer o ajuste necessário para o ano em um único mês. “Não quer dizer que não usaremos o dinheiro nos meses seguintes.”

O secretário explicou que a contenção de gastos será aplicada uniforme-

mente, de forma linear, sobre as despesas de todos os ministérios, até o da Saúde. Ficam de fora os pagamentos de pessoal e de benefícios da Previdência Social. A CCF discutiu cortes só para este mês, pois o Orçamento da União para 99 ainda não foi aprovado. Nesses casos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que as verbas para custeio e investimento sejam divididas por 12 e autoriza o uso de uma dessas parcelas por mês até a aprovação do Orçamento. Dessa forma, o governo poderia usar, a cada mês, 8,3% da verba prevista o ano, em vez do teto de 5% sugerido pela CCF.

CONTENÇÃO
VALE PARA
TODOS OS
MINISTÉRIOS